



Trabalhadores da GM, em São Paulo, estão com vários direitos ameaçados pela montadora

Demissão e retirada de direitos no setor automotivo nacional

Semana passada, duas situações evidenciaram o momento delicado que passa o setor automotivo nacional, diante do anúncio de demissões e retirada de direitos históricos da categoria em todo país.

Os trabalhadores da Ford em Taubaté (SP) paralisaram as atividades por três dias, após a demissão de 12 funcionários. O movimento só foi encerrado depois de um acordo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no dia 24, que prevê que Sindicato e montadora negociem alternativas para o excedente de funcionários na unidade. A possível reversão das 12 demissões e o pagamento dos dias parados também serão negociados.

A Ford Taubaté disse que as demissões têm como objetivo "adequar os volumes de produção em função da queda nas exportações para a Argentina e do término do fornecimento de motores e transmissões para o México em 2019" e que está com excedente de 350 funcionários. Atualmente, a unidade emprega 1,3 mil pessoas.

Importante lembrar que em novembro de 2018, 133 funcionários foram demitidos através de um PDV paliativo à greve (na verdade vários trabalhadores foram demitidos sem opção de escolha). E mais. A Ford em Taubaté já deixou claro que independentemente da Justiça, vai demitir mais 350 trabalhadores até o Carnaval.

Na GM de São José dos Campos, também em São Paulo, a situação é ainda mais complicada. A empresa quer

retirar vários direitos e anunciou as medidas no último dia 23.

A GM quer a redução do piso salarial de R\$ 2,3 mil para R\$ 1,6 mil e retirar a estabilidade de emprego dos trabalhadores com lesão ocupacional ou acidente de trabalho (em São José dos Campos são 1,3 mil funcionários nesta situação).

Outras medidas danosas aos trabalhadores são a mudança no sistema de banco de horas, flexibilização da jornada de trabalho, com a implantação da categoria 12x36, e abertura para terceirização para todos os setores da empresa. E não para por aí, a GM de São José dos Campos ainda quer a implementação do trabalho intermitente, redução do adicional noturno e parcelamento das férias, entre outras medidas. É um verdadeiro pacote de maldades.

Para o STIM Camaçari, a situação do setor automotivo em outras bases chama atenção dos metalúrgicos de todo país para a ofensiva das montadoras contra os trabalhadores. "O que está acontecendo em São Paulo, sem dúvida, nos deixa em alerta para que consigamos preservar nossos empregos e nossos direitos", diz Júlio Bonfim, presidente do Sindicato.

Brumadinho: descaso da Vale e dos órgãos públicos

Uma tragédia anunciada, sobretudo após Mariana, o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), semana passada, é um dos mais graves eventos de violação às normas de segurança do trabalho na história da mineração no Brasil. Até agora, dezenas de mortes foram confirmadas e centenas de pessoas continuam desaparecidas.

“A tragédia demonstra a precariedade das condições de trabalho a que estão expostos os trabalhadores no Brasil”, denunciou a nota do Ministério Público do Trabalho (MPT) ao afirmar que irá realizar um diagnóstico do crime socioambiental de Brumadinho, com vistas à apuração de responsabilidades criminal, civil e trabalhista.

A Vale, antes chamada de Companhia Vale do rio Doce (CVRD), foi fundada em 1942 pelo então presidente Getúlio Vargas, sob de que a Vale dava prejuízo ao país, em 1997, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, privatizou a estatal que hoje está entre as maiores mineradoras do mundo e abocanha lucros da 17 bilhões de reais, a coloca entre as maiores mineradoras do mundo.



Brumadinho: descaso da Vale e dos órgãos de fiscalização. Dezenas de pessoas morreram e centenas continuam desaparecidas

Centrais organizam Assembleia da Classe Trabalhadora dia 20/2

Reunidas no último dia 24, as centrais sindicais, entre elas a CTB, discutiram as propostas de agenda e aprovaram a organização de uma grande Assembleia da Classe Trabalhadora no dia 20 de fevereiro, em São Paulo, que fará parte do calendário de ações do Dia Nacional de luta contra o fim da Aposentadoria e em defesa da Previdência Pública.

As centrais também indicaram que serão organizados atos em todas as capitais do país. Entre as bandeiras que serão levadas para a rua no dia 20 de fevereiro estão o alerta de privatização e fim da Previdência Social pública, o perdão da dívida dos devedores e as denúncias de abusos nas operações pente-fino das gestões Temer e Bolsonaro que tem condenado trabalhadores e trabalhadoras a voltar ao trabalho sem condições clínicas adequadas.

Magistrados defendem a Justiça do Trabalho como patrimônio do povo

Durante a audiência pública sobre o fim do Ministério do Trabalho e possível extinção da Justiça trabalhista, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), em São Paulo, no dia 22 deste mês, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) defendeu a Justiça do Trabalho. O presidente da entidade, Guilherme Feliciano, disse que a Justiça do Trabalho é um patrimônio institucional do povo e da sociedade brasileira e que a sua extinção é tarefa quase impossível.

A audiência promoveu debates aprofundados para a análise crítica das questões que notabilizam a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho como conquistas essenciais para a cidadania.

“O que precisamos é desarticular falácias (ditas e repetidas sem maior reflexão para extenuar a imagem da Justiça do Trabalho), apontar quimeras (como a de fazer cinco Tribunais Regionais Federais absorverem 24 TRTs e suas respectivas carreiras) e sugerir alternativas (se há queda do número de ações e intensa capilaridade, que venham mais competências para a Justiça do Trabalho). O que faríamos com os juízes vitalícios e com os milhares de processos em tramitação?”